

Sumário

Número de notícias: 14 | Número de veículos: 9

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Reajuste a servidores do Executivo2

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Senado aprova criação de cargos em ministérios, com impacto de R\$ 5,3 bi3

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Senado aprova criação de 17,8 mil cargos federais5

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Renda mínima e desemprego por IA (Artigo)6

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

PGFN recupera R\$ 68 bi em 20258

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Pedido de vista suspende julgamento de Castro, quando placar tinha dois votos por cassação
.....9

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Brasil tem 10 anos para ficar rico antes de envelhecer, alerta McKinsey11

FOLHA ONLINE - SP - COLUNAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Benefícios para mulheres entram no debate da reforma tributária13

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Impulso com gastos de governos regionais pode chegar a 1,8 ponto do PIB15

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Gasto público ajuda PIB de 2,3% em 202518

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Petróleo cai mais de 11% em meio a incertezas20

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Planalto teme pressão sobre inflação em ano eleitoral21

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

BC deve iniciar ciclo de cortes em cenário turbulento (Editorial)23

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL
ECONOMIA

Grandes economias se preparam para pagar preço da guerra no Irã25

Reajuste a servidores do Executivo

O Senado aprovou nesta terça-feira projetos de lei que dão reajustes para servidores do Executivo, reestruturam carreiras do governo federal e estabelecem um novo instituto em Patos (PB).

O impacto orçamentário previsto é de até R\$ 5,3 bilhões neste ano.

Foram quatro projetos de lei apensados em um, todos de autoria do Executivo, que agora seguem para a sanção do presidente Lula. Os textos haviam sido aprovados na Câmara no início de fevereiro após acordo entre Casa e o governo para acelerar a aprovação. A proposta foi aprovada em votação simbólica.

Motta acompanhou a votação no Senado e a ministra da Gestão e Inovação, Esther Dweck, também estava presente.

O Instituto Federal do Sertão Paraibano atende ao reduto eleitoral de Hugo Motta, em Patos, fator que acelerou a aprovação dos textos. A cidade já contava com um campus do Instituto Federal da Paraíba (IFPB), mas, agora, terá uma sede com reitoria própria. Segundo o texto, haverá investimento de R\$ 10 milhões, inseridos nos critérios no Novo PAC, e de R\$ 2,9 milhões neste ano para despesas de funcionamento da nova reitoria.

Outra proposta aprovada promove reestrutura em carreiras do Executivo e reajustes para servidores. O impacto previsto é de R\$ 4,1 bilhões para este ano e de R\$ 5,6 bilhões em 2027 e 2028.

O projeto reajusta os salários das carreiras Tributária e **Aduaneira da Receita Federal** e Auditoria Fiscal do Trabalho e médicos e veterinários do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação.

Além disso, cria cargo na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), novas vagas para a Agência Nacional de Saúde (ANS) e estabelece mudanças voltadas à modernização, como a instituição de regimes especiais de jornada, perícia médica por telemedicina e análise documental, entre outras.

Outras propostas ligadas à educação foram aprovadas, com a criação de 16 mil cargos no Ministério da Educação (MEC) e no MGI e o estabelecimento de um plano especial de cargos do

quadro da Educação.

Serão, ao todo, 9.587 cargos de professor para as instituições federais de ensino, além de 2.490 cargos para analistas de educação e 4.286 para técnicos (Da Folhapress).

Site: https://acervo.maven.com.br/temp_site/issue-1103202606%20-%206dd36e7dc260bc1beeb79a33da67b5df.pdf

Senado aprova criação de cargos em ministérios, com impacto de R\$ 5,3 bi

NAOMI MATSUI LEVY TELES

O Senado aprovou ontem projeto de lei que cria 16,3 mil cargos no Ministério da Educação (MEC) e 1,5 mil cargos no Ministério de Gestão e Inovação (MGI). O impacto orçamentário estimado é de R\$ 5,3 bilhões em 2026. O texto vai à sanção presidencial. Originário do Poder Executivo, o projeto reuniu outras propostas de mesma autoria e também cria um instituto federal em Patos (PB), cidade do presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB).

A votação foi feita de forma simbólica, sem registro individual de cada senador, e contou com a presença de Motta e da ministra da Gestão, Esther Dweck. A proposta institui ainda o cargo de analista em atividades culturais, no Ministério da Cultura, além de 225 cargos na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), 68 cargos no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e reajustes salariais, novas gratificações e prêmios.

O vencimento básico para o cargo de auditor fiscal da **Receita Federal do Brasil** classe especial, padrão III, por exemplo, passará de R\$ 29.760,95 para R\$ 32.504,91 em abril de 2026, se esse texto for sancionado.

No caso do MEC, serão criados 9.587 cargos para professor do ensino básico, técnico e tecnológico, 4.286 cargos de técnico em educação e 2.490 cargos de analista em educação.

Além disso, o projeto menciona a criação de 3.800 cargos de professor do magistério superior para redistribuição às instituições federais de ensino superior.

DIVISÃO. Já na pasta da Gestão serão criados 750 cargos de analista técnico de desenvolvimento socioeconômico e 750 vagas de analista técnico de justiça e defesa. Segundo o Ministério da Gestão e Inovação, o impacto do projeto é dividido em R\$ 1,08 bilhão referente ao texto original do PL 5.874/2025, que inclui a criação de cerca de 16 mil cargos na educação e 1,5 mil no MGI, e R\$ 4,2 bilhões referentes ao projeto de lei 6.170/2025, incorporado ao texto e que trata de reajustes, gratificações e reestruturação de carreiras.

O relator no Senado, Randolfe Rodrigues (PT-AP), negou que a proposta tenha relação com os altos salários de **servidores públicos**. "Não há nenhum tipo de similaridade.

Penduricalho é estar acima do teto do funcionalismo público, e a isso esta Casa se dedica, o governo e o Supremo Tribunal Federal se manifestaram. A valorização do serviço público e dos servidores é um compromisso a ser cumprido por um governo que é leal à democracia", disse o senador.

REFORMA. Na Câmara dos Deputados, está parada uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que proíbe o pagamento de benefícios acima do teto constitucional do funcionalismo público. O texto estabelece que benefícios fora do teto deverão ser transitórios e pagos em situações excepcionais, e não mais a todos os servidores de uma categoria de forma indistinta e generalizada, como ocorre hoje.

O Congresso aprovou em fevereiro um projeto de lei que concede reajuste "fura-teto" no salário de servidores da Câmara e outra proposta que estabelece um novo plano de carreira para servidores do Senado, também com reajustes na remuneração.

O texto seguiu para sanção de Lula, que vetou dispositivos que previam escalonamento de reajustes para os exercícios de 2027, 2028 e 2029; pagamentos retroativos de despesas continuadas; e a criação de licença compensatória com possibilidade de conversão em pecúnia, resultando em valores que poderiam ultrapassar o teto constitucional do serviço público.

Há um mês, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino vem aumentando proibições para tentar evitar o avanço dos supersalários nos três Poderes.

Em fevereiro, ele concedeu liminar para suspender o pagamento dos chamados penduricalhos para servidores federais do Executivo, Legislativo e Judiciário. A decisão de Dino ainda atinge Estados e municípios e foi mantida pelo plenário da Corte.

Pela decisão, os pagamentos de adicionais que não estão previstos em lei devem ser suspensos após 60 dias. Até lá, os três Poderes deverão rever todos os itens pagos como adicionais salariais e que acabam

contribuindo para que vencimentos no funcionalismo ultrapassem o teto, que é o salário de um ministro do STF, equivalente hoje a R\$ 46,3 mil.

"Aquelas verbas que não foram expressamente previstas em lei - votada no Congresso Nacional ou nas Assembleias Legislativas ou nas Câmaras Municipais (de acordo com cada esfera de competência) - devem ser imediatamente suspensas após o prazo fixado", destacou Dino.

O ministro determinou que os chefes de Poderes devem publicar ato discriminando cada verba remuneratória, indenizatória ou auxílio, o seu valor, o respectivo critério de cálculo e o fundamento legal específico.

ALCANCE. A decisão de Dino foi tomada numa ação apresentada por associação de procuradores municipais do litoral centro sul de São Paulo. O pedido original afetava apenas procuradores municipais da Praia Grande. Dino entendeu, no entanto, que o tema já foi tantas vezes discutido e há tantos exemplos de pagamentos irregulares que decidiu ampliar o alcance de sua decisão para demais Poderes, incluindo o governo federal. I

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Senado aprova criação de 17,8 mil cargos federais

LUÍSA MARZULLO luisa.castro@oglobo.com.br
BRASÍLIA

O Senado aprovou simbolicamente ontem projeto que cria 17,8 mil cargos no Executivo federal, reestrutura carreiras do funcionalismo e concede reajustes a diversas categorias. A proposta, relatada pelo senador Randolfe Rodrigues (PT-AP), mantém impacto estimado de até R\$ 5,3 bilhões em 2026, segundo cálculos do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), e segue agora para sanção presidencial.

A ministra da Gestão e Inovação, Esther Dweck, foi ao Congresso para acompanhar a votação.

O texto foi aprovado sem alterações em relação à versão aprovada pela Câmara dos Deputados, após o relator recomendar a rejeição de todas as emendas apresentadas pelos senadores. Em seu parecer, Randolfe argumentou que mudanças obrigariam o projeto a retornar à Câmara e poderiam comprometer o cronograma de reajustes previstos pelo governo.

De acordo com o relatório, parte das emendas apresentadas também implicaria aumento de despesas sem estimativa de impacto orçamentário ou trataria de temas sem relação direta com o conteúdo da proposta.

O projeto aprovado consiste em um amplo pacote de reorganização de carreiras do serviço público federal. A proposta prevê a criação de 16.363 cargos no Ministério da Educação e outros 1.500 no Ministério da Gestão, além de uma série de mudanças na estrutura de carreiras e nas regras de remuneração de servidores.

Apesar do impacto fiscal previsto para este ano, o custo das medidas será implementado de forma gradual, uma vez que parte das despesas depende da realização de concursos públicos e da instalação de novas unidades de ensino.

ELEIÇÕES EM INSTITUTOS

O impacto orçamentário concentra-se sobretudo na recomposição salarial de carreiras que já estão na folha de pagamento e tiveram acordos firmados com o governo federal. Entre elas estão a Carreira Tributária

e **Aduaneira** da **Receita Federal** e a Carreira de Auditoria-Fiscal do Trabalho, que terão novas tabelas de remuneração a partir de abril de 2026.

O projeto também prevê reajustes para médicos e veterinários do Plano de Carreira

dos Cargos TécnicoAdministrativos em Educação e institui novas gratificações e mecanismos de progressão funcional.

Outra mudança relevante é a criação da Carreira de Analista Técnico do Poder Executivo Federal, destinada a profissionais de nível superior. A carreira terá exercício descentralizado, com servidores podendo atuar em diferentes áreas do governo, conforme a demanda.

O texto também promove mudanças na estrutura de carreiras na área da cultura, reorganiza cargos no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e cria a Gratificação Temporária de Execução e Apoio a Atividades Técnicas e Administrativas.

O projeto ainda altera a lei que rege os institutos federais e passa a prever que o presidente da República nomeie obrigatoriamente o candidato mais votado em consulta à comunidade acadêmica para o cargo de reitor, com pesos iguais para docentes, técnicos e estudantes.

A mudança retira a lógica da lista tríplice nesse âmbito e reduz a margem de escolha política na nomeação dos dirigentes das instituições da rede federal de educação profissional e tecnológica.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Renda mínima e desemprego por IA (Artigo)

Lu Aiko Otta é repórter especial em Brasília

Para quem pensa o futuro das contas públicas federais, o tamanho da dívida e o buraco crescente da **Previdência Social** podem nem ser os maiores problemas. A grande questão que aguarda logo adiante é a onda de desemprego a ser provocada pelo avanço da Inteligência Artificial (IA).

No governo e na oposição, há cabeças ocupadas com o tema. Não se tem notícia de proposta pronta, mas as ideias convergem para a criação de um programa de renda mínima. Quem seria atendido e, mais importante, como a conta seria paga são perguntas ainda sem resposta.

Sem referência à IA, a ideia do programa de renda mínima foi levantada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Ele disse considerar que o Orçamento brasileiro está maduro para isso. Não entrou em detalhes, mas mencionou que o tema foi discutido pelo governo final de 2024.

Entre os estudos da época, estava a reorganização dos benefícios sociais como o Bolsa Família, o Benefício de Prestação Continuada (BPC), o seguro-defeso, o abono salarial, o seguro-desemprego. Havia outros candidatos a entrar no bolo, como uma parcela do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). Tudo poderia ser fundido num novo programa.

Atenderia, por exemplo, as famílias do CadÚnico. Ou quem estivesse fora do mercado de trabalho. Ou ainda trabalhadores de renda baixa, como empregados domésticos.

Eram várias as possibilidades sobre a mesa, e a amarração final dependia de decisão política. Havia configurações que permitiriam pagar benefícios superiores a um salário mínimo.

A percepção era que, considerando os benefícios já pagos, o Brasil já tem, na prática, um programa de renda mínima. Era questão de organizar e, dependendo da ambição política, encontrar mais fontes de recursos para atender um público maior.

Esse rearranjo passaria como um trator sobre batalhas várias vezes perdidas pelos técnicos. Por exemplo, a dificuldade de controlar as concessões do seguro-defeso e do BPC. A impossibilidade de reformular o abono salarial, que hoje deixa de fora os trabalhadores

informais de baixa renda. Os elevados volumes transferidos para a educação básica, num momento em que a demografia do país mudou. Por fim, seria possível desatrelar os benefícios sociais do salário mínimo.

Nos bastidores, esses estudos foram atacados pela ala política do governo e voltaram para as gavetas. Um momento para retomá-los seria, talvez, a campanha eleitoral ou imediatamente após.

O programa de renda mínima poderia servir para atenuar o problema social do desemprego decorrente do uso da inteligência artificial.

Também na oposição esse é um ponto de preocupação não só pelo desemprego em si, mas pelo impacto que isso provocará na atividade econômica. Um programa de renda mínima para apoiar os mais vulneráveis é discutido.

No evento "Rumos 2026", promovido pelo Valor no início deste mês, a diretora Macroeconomia para o Brasil do UBS Global Wealth Management, Solange Srouf, apontou o impacto da inteligência artificial na economia, sobretudo no mercado de trabalho, como o principal desafio do momento.

Na China, linha de frente na adoção da inteligência artificial, aposta-se na requalificação de mão de obra para uma nova economia e um novo mercado de trabalho. O foco está na formação tecnológica de adultos, jovens e até crianças do ensino primário.

Aqui, em contraste, o número de formandos em engenharia recuou perto de 30% de 2015 para 2023.

Apesar do otimismo chinês quanto à recolocação de trabalhadores em novos empregos, especialistas questionam o que acontecerá na fase de transição. O que acontecer por lá pode dar pistas sobre como reagir por aqui.

Haddad

De saída do governo desde janeiro, Haddad deve desocupar o gabinete ministerial na semana que vem. Nesta terça-feira (10), não confirmou que concorrerá ao governo de São Paulo - algo dado como certo na ala política do governo.

Vai levar no currículo a **reforma tributária**, que ficou em negociação por quatro décadas e, quando

implementada, agregará de 6% a 20% no Produto Interno Bruto (**PIB**). Também colocou a **Receita Federal** como uma engrenagem da segurança pública, como se viu em operações como Carbono Oculto. Entregará um conjunto de indicadores favoráveis ao governo, como a menor **inflação** num ciclo de quatro anos e o menor desemprego da história.

Faltou dar um horizonte de sustentabilidade para a dívida pública. Ele mesmo diz que as medidas de ajuste fiscal ficaram aquém do que gostaria.

Haddad levantou a lebre do programa de renda mínima. O secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, cotado para ser o número dois da Fazenda nesta reta final, falou em acelerar o ajuste fiscal no próximo ciclo e em mudanças na **Previdência Social**. O governo ainda define programas e bandeiras que irão para a campanha, mas o ministro e sua equipe se anteciparam para marcar posição por uma agenda de reformas estruturais.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

PGFN recupera R\$ 68 bi em 2025

Beatriz Olivon De Brasília

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) bateu recorde e recuperou R\$ 68,1 bilhões para a União em 2025, entre valores inscritos na dívida ativa e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Deste total, R\$ 30,8 bilhões vieram de transações tributárias fechadas com contribuintes.

Para este ano, a estimativa é de R\$ 60 bilhões. A única dúvida recai sobre o Programa de Transação Integral (PTI), modalidade de negociação de dívidas tributárias para contribuintes com melhor capacidade de pagamento. A estimativa é de recuperar R\$ 27 bilhões.

O risco está na consolidação da decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) que limita o uso de prejuízo fiscal e base negativa da CSLL nas negociações. "Apesar da decisão do TCU, não deixamos de fazer transação, seguimos com grandes acordos", afirmou ontem a procurador-geral da Fazenda Nacional, Anelize Lenzi Ruas de Almeida durante a divulgação do relatório "PGFN em números". "Mas [o acórdão] impede empresas que estão em crise muito grave porque elas não têm fluxo financeiro e mesmo com desconto não conseguem aderir."

Em 2025, o valor total recuperado supera em cerca de R\$ 8 bilhões o de 2024 e em cerca de R\$ 20 bilhões o de 2023, estabelecendo um novo recorde. Por meio do PTI, que é feito em parceria com a **Receita Federal**, foram recuperados R\$ 1,7 bilhão por meio de 20 adesões em oito editais (no total, foram regularizados R\$ 2,2 bilhões, mas nem todo o valor já entrou, por causa de parcelamentos).

Os valores se referem a montante da PGFN, os números da Receita ainda não foram fechados mas devem ficar dentro da meta para o ano, de R\$ 30 bilhões, segundo a procuradora.

Dos R\$ 68,1 bilhões, há R\$ 1,9 bilhão referente ao FGTS, o que aponta aumento de 38% em relação aos dados de 2024. Esse foi o primeiro ano em que a PGFN internalizou 100% da cobrança e inscrição na dívida ativa- a Caixa Econômica Federal (CEF) participava da cobrança. Os repasses também passaram a ser feitos direto nas contas dos trabalhadores. Antes, iam para a conta do FGTS e poderia demorar anos para a individualização.

Além dos valores recuperados, em 2025 a PGFN

evitou a perda de R\$ 462,2 bilhões para a União, sendo R\$ 164,2 bilhões do contencioso administrativo tributário e R\$ 298 bilhões do contencioso judicial. Esses são os valores em disputa que a União poderia ter que devolver caso a União fosse derrotada nos julgamentos. "É evitar dinheiro saindo do caixa", disse Anelize Almeida.

Pensando em teses futuras, a PGFN decidiu instalar uma "incubadora de teses" da **reforma tributária** e não descarta procurar o Supremo Tribunal Federal (STF) para declarações de constitucionalidade. "Já temos percebido, seja em congressos, revistas e conversas com a advocacia, o surgimento de algumas teses tributárias que podem ser levadas ao Judiciário e gerar contencioso", afirmou a procuradora-geral.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Pedido de vista suspende julgamento de Castro, quando placar tinha dois votos por cassação

Tiago Angelo

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) voltou a suspender, na terça-feira (10), o julgamento da ação que pode cassar o governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro (PL). O ministro Kassio Nunes Marques pediu vista (mais tempo para análise). Segundo Cármen Lúcia, presidente da corte, o julgamento será retomado em 24 de março. Também foi marcada uma sessão extra para o dia seguinte, se for necessário para a conclusão do caso.

O placar está 2 a 0 pela cassação. Ainda faltam cinco ministros se manifestarem. A análise estava paralisada desde novembro, quando a relatora, Isabel Gallotti, votou pela cassação da chapa de Castro, a inelegibilidade do governador, e a convocação de novas eleições. A medida também atinge o presidente afastado da Assembleia Legislativa do Rio (Alerj), Rodrigo Bacellar (União). Na terça, o ministro Antônio Carlos Ferreira acompanhou Gallotti.

Em seu voto, Antônio Carlos disse que as contratações tiveram "fim eleitoreiro". "O que se observa é o método estruturado de promoção pessoal custeado pelo erário", afirmou o ministro.

"Está configurada violação à Lei das Eleições, dado o uso massivo e indiscriminado da máquina pública, verdadeira arregimentação de particulares remunerados por recursos públicos e contratadas de forma ilegal, sem nenhum tipo de controle", disse.

Ao votar pela condenação, em novembro, Gallotti afirmou que havia indícios de que houve o "desvirtuamento" das funções da fundação e da universidade para beneficiar Castro com fins eleitorais. Segundo a ministra, chamou a atenção a "extraordinária quantia de saques" feitos em uma agência de Campos de Goytacazes, reduto eleitoral de Bacellar.

Segundo a denúncia, Castro e Rodrigo Bacellar, que foi secretário do governo, teriam contratado irregularmente 27,5 mil funcionários temporários no Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisa e Formação de **Servidores Públicos** do Rio de Janeiro (Ceperj)

para que atuassem como cabos eleitorais nas eleições de 2022.

Outras 18 mil contratações irregulares teriam sido feitas na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), também com fins eleitorais. Castro e Bacellar negam todas as acusações.

Também são acusados o ex-vice-governador e atual conselheiro do Tribunal de Contas do Rio (TCE-RJ) Thiago Pampolha (MDB), Bacellar, e outros 11 investigados, como o ex-presidente da Ceperj, candidatos eleitos e suplentes de secretários do governo estadual.

Inicialmente, o governador planejava deixar o Palácio Guanabara em abril, na data limite de desincompatibilização, se conseguisse resolver os impasses de sua sucessão. Agora, a nova data trabalhada pelo entorno do governador para sair do cargo é o fim de março. Caso o movimento se confirme, o Estado terá que convocar eleições indiretas para escolher os representantes que ocuparão o cargo até o fim do mandato atual, uma vez que não há vice. O pleito seria feito pela Alerj, com as regras definidas neste ano pelos deputados estaduais.

O caso Ceperj chegou ao TSE depois que o Ministério Público Eleitoral (MPE) e o presidente da Embratur, Marcelo Freixo, recorreram da decisão do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-RJ), de 2024, que absolveu Castro por 4 votos a 3. Eles pedem a cassação dos mandatos e a inelegibilidade por oito anos dos envolvidos.

Em novembro, quando a análise começou, as defesas negaram que as contratações tivessem fins eleitorais e que houve irregularidades. O advogado de Castro, Fernando Neves, ressaltou a decisão do TRE-RJ, que absolveu Castro, e defendeu que o recurso do MPE fosse negado.

Já a advogada de Bacellar, Maria Claudia Bucchianeri, afirmou que havia uma "má formação processual", uma vez que não há qualquer elemento de prova que justifique a cassação do presidente afastado da Alerj.

O Valor procurou novamente a defesa de Bacellar, mas não houve retorno. O advogado de Castro afirmou que está "confiante na confirmação da decisão do TRERJ no que diz respeito ao governador, uma vez que a ele nenhum ato irregular é atribuído" e argumentou que as contratações foram imediatamente apuradas pelo Executivo estadual.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Brasil tem 10 anos para ficar rico antes de envelhecer, alerta McKinsey

Anaís Fernandes

O Brasil, assim como a América Latina, mas ainda mais do que ela, vive sua "última chance de ficar rico antes de ficar velho" e, se não investir em ganhos de produtividade e em setores estratégicos, corre o risco de ficar para trás na atração de investimentos à região. Esses são os alertas de Nelson Ferreira, sócio sênior da McKinsey, ao comentar relatório da consultoria sobre produtividade na América Latina, antecipado ao Valor.

"A América Latina como região, talvez, tenha uma das últimas chances nos próximos dez, 15 anos de ficar rica antes de ficar velha. E o Brasil ainda mais. No Brasil, talvez não sejam 15 anos, talvez sejam dez anos", afirma Ferreira, explicando que a população brasileira já é mais idosa e cresce menos do que em pares como Peru e Bolívia.

Com o Brasil chegando ao fim do "bônus demográfico", o crescimento da produtividade precisará vir através de investimentos em capital físico e humano. A produtividade do trabalho no Brasil, porém, cresce menos de 1% ao ano há mais de uma década, segundo a McKinsey, enquanto outras economias próximas avançam perto de 2%.

A perda de relevância da América Latina para a economia global, sobretudo nos últimos 15 anos, é generalizada, segundo Ferreira. "A América Latina tem cerca de 7,5% da população mundial e já foi 7% do **PIB** global; hoje, é 6%. E, se continuar com a mesma taxa de crescimento, em 2050, será 3,5%", diz.

A baixa produtividade é um indicador dessa situação "complicada", como define Ferreira. Ele aponta que, enquanto outras economias emergentes crescem, em média, 3,4% ao ano, a América Latina cresce 2,3%. Disso, 1,5 ponto percentual (p.p.) vem do crescimento da população, e apenas 0,8 p.p., da produtividade, sendo que a produtividade do capital acrescenta 0,9 p.p., mas a da mão de obra retira 0,1 p.p. "Um trabalhador na América Latina, hoje, produz quase a mesma coisa ou até um pouco menos do que ele produzia no começo de século", afirma Ferreira.

Apesar do quadro desafiador, a McKinsey aponta oportunidades. Existem diversas tendências mundiais ligadas, por exemplo, ao aumento do consumo de

proteínas, à transição energética, à necessidade de digitalização e de novos polos de industrialização que podem tornar a América Latina - e o Brasil, se ele se preparar para isso - quase "campeã natural" em algumas dessas áreas, sugere Ferreira.

O custo atual de produção de eletrônicos e da indústria automotiva no México e na América Central, por exemplo, é comparável ou até inferior ao da China, diz o executivo. "Um terço das principais empresas de equipa

médicos que exportam aos Estados Unidos está na Costa Rica, ela já é um "hub" exportador", exemplifica. "A região tem 58% das reservas de lítio e 35% das reservas de cobre, minerais fundamentais para a transição energética", afirma.

Ao todo, são sete os setores mapeados pela McKinsey em que a América Latina deveria concentrar investimentos: manufatura de próxima geração, para Inteligência Artificial (IA) e automação; energias renováveis, não só para geração de energia em si, mas de produtos químicos e outros derivados; serviços digitais e digitalização da economia; centros de dados; agricultura e alimentos; combustíveis fósseis, que vão continuar importantes por um tempo; e minerais críticos.

"Esses são os sete setores em que nós enxergamos que a região pode ter um papel de bastante destaque

mundial. E, em vários deles, o Brasil se sobressai, como em energia renovável, digitalização, agricultura, destino para data centers - até pela base de energia renovável e hidrelétrica - e minerais críticos", afirma Ferreira.

Juntas, essas indústrias podem trazer cerca de US\$ 400 bilhões em receitas para o Brasil até 2040, calcula a McKinsey. Para a região como um todo, se ela conseguir crescer nesses segmentos e trazer todos os serviços necessários para essas indústrias funcionarem, a McKinsey estima que o **PIB** pode sair de US\$ 6,5 trilhões para US\$ 10,5 trilhões até 2040.

"Isso é importante porque, com US\$ 10,5 trilhões, a região passa a ter uma renda per capita da ordem de US\$ 15 mil, que é mais ou menos o limite inferior para entrar no patamar da OCDE", diz Ferreira, em

referência à Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico, uma espécie de "clube dos países ricos".

Segundo ele, o Brasil, por exemplo, tem uma renda per capita de US\$ 10 mil, mas muito heterogênea entre seus Estados. "O Brasil, assim como a América Latina, poderia ter renda superior a US\$ 15 mil e, aí sim, apesar de todos os problemas, poderíamos ter um nível mínimo de renda média compatível com países mais desenvolvidos."

Para alcançar essas cifras e investimentos nos setores mapeados, a McKinsey sugere quatro ações aos

países da América Latina.

A primeira é a diversificação de parceiros comerciais e de investimentos. "Tem de ir para Índia, Canadá, Japão, Sudeste Asiático, e não ficar apenas nessa bipolaridade de China e EUA", diz Ferreira.

A segunda é a integração dentro da própria região. A América Central, por exemplo, tem taxas de crescimento comparáveis às do Sudeste Asiático e países vivendo "boom" similar ao do Brasil após o Plano Real, mas não está na agenda das empresas brasileiras, diz Ferreira. "Mas deveria estar", afirma, citando como exemplos Guatemala, Honduras, Panamá e República Dominicana.

O terceiro ponto engloba avanços necessários em regulamentação. "Ainda temos na região, e no Brasil em particular, complexidades regulatórias e tributárias que afugentam investidores locais e estrangeiros", diz Ferreira.

Por fim, a McKinsey aponta ser preciso atrair talentos internacionais - e, nesse quesito, até que o Brasil está em um momento de ascensão, segundo o executivo.

Um trunfo para atrair investimentos é que a América Latina é, talvez, "a região mais geopoliticamente neutra do mundo", diz Ferreira, o que é especialmente importante em tempos de multiplicação de conflitos como os atuais. Mas o Brasil pode perder investimentos para o México e a América Central, por exemplo, se permanecer caro e atrasado, alertamentos da McKinsey. A taxa média de investimento no Brasil entre 1997 e 2022 foi de 18% do **PIB**, abaixo da média regional de 19,7%, aponta o relatório.

"A América Latina tem condições de competir com a China. Só que, hoje, essa competição se dá em países como México, não o Brasil. O Brasil, hoje, é mais caro pela carga tributária, pela logística e pelo fato de que muitas das nossas fábricas são obsoletas do ponto de vista de processo produtivo", afirma Ferreira. "O Brasil

tem um risco de perder essa onda de investimentos que vão vir para a região, para México e Costa Rica, por exemplo", alerta.

Segundo ele, reformas são necessárias, como a redução dos gastos públicos, que ajuda na queda dos juros, tornando investimentos mais atrativos. Além disso, diz, é preciso avançar em desburocratização e na consolidação da **reforma tributária**. "Em relação aos setores mencionados, é preciso ter uma visão de longo prazo do que o Brasil quer ser. Para os setores em que podemos ser "donos" naturais globais, não há, necessariamente, visão clara do que o Brasil gostaria de ser em 2035", afirma. "Setor privado e governo poderiam ajudar a articular isso."

A inteligência artificial também será chave para o ganho de produtividade, segundo Ferreira. "A IA permite com que nós consigamos dar saltos de produtividade de mão de obra no agronegócio, na indústria e nos serviços, para fazer com que aquela produtividade que caiu nos últimos 25 anos na região passe a subir de novo. Têm segmentos da construção civil, infraestrutura, manufatura fabril e mesmo do agronegócio que ainda estão engatinhando na utilização de IA", diz Ferreira.

O Brasil tem potencial nessa área por ser uma das sociedades mais digitalizadas do mundo, observa. "Essa é uma das principais prioridades que o país deveria ter em todos os setores para efetivamente buscar saltos grandes de produtividade", afirma Ferreira.

"Talvez, seja nossa última chance de investirmos nesses setores, usarmos esses setores para virarmos a chave da produtividade, não crescermos apenas pelo crescimento populacional, mas pela produtividade da mão de obra e do equipamento", conclui.

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Benefícios para mulheres entram no debate da reforma tributária

Márcia Magalhães

A **reforma tributária** trará benefícios importantes para as mulheres, como a isenção de 100% dos **tributos** para produtos de cuidados básicos à saúde menstrual e a redução de 60% das alíquotas do IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) e da CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) para o DIU (dispositivo intrauterino).

Elas também devem se beneficiar de isenções não especificamente direcionadas ao gênero, mas que as têm como público preponderante, tanto por serem a maior parte da população como por fazerem parte da camada mais pobre -e que mais consome produtos relacionados ao trabalho doméstico não remunerado e à economia do cuidado.

Benefícios, regimes tributários especiais e diferenciados e seus desafios de implantação, além da sub-representatividade feminina, foram alguns dos temas discutidos na última sexta-feira (6) no evento "**Reforma tributária por elas**", realizado pela Associação Mulheres no Tributário em parceria com o escritório Pinheiro Neto Advogados, em São Paulo.

Durante o evento, realizado para debater as perspectivas e impactos da **reforma tributária**, 40 mulheres falaram sobre desafios de adaptação e regimes específicos, tributação do consumo versus tributação da renda, dividendos, planejamento tributário e tributação internacional, dentre outros.

A tributarista Mariana Passos Beraldo, ao falar sobre a distribuição da carga tributária no Brasil, afirmou que, ao contrário do que foi prometido pela reforma, com a mudança o país tende a ter uma carga tributária maior sobre o consumo e também mais regressiva, já que o consumo impacta mais as camadas mais baixas da população.

"A gente está tentando resolver essa distribuição da carga por meio do consumo, mas vimos que não vai resolver. Então estamos querendo bater na renda, e a renda claramente vai impactar o crescimento econômico, quando a gente deveria estar tributando o patrimônio", disse.

A newsletter sobre o mundo jurídico exclusiva para assinantes da Folha

Carregando...

Bianca de Barros Dutra, advogada especializada em tributação corporativa, ressaltou a importância do planejamento tributário no contexto da reforma sobre o consumo a partir da realização, por exemplo, da segregação das atividades da empresa de acordo com os segmentos em que ela atua.

"Uma estratégia é você segregar determinados ativos num veículo, atividades operacionais em outro, até por conta da existência de regimes específicos com relação a alguns ativos, como serviços financeiros e imobiliário", afirmou.

O evento também abordou os impactos da reforma em setores como agronegócio e óleo e gás, e houve ainda um painel para falar sobre a **reforma tributária** em ano eleitoral.

Cristiana de Castro, presidente do TCESP (Tribunal de Contas do Estado de São Paulo), foi homenageada por ser a primeira conselheira e presidente mulher da corte. Ela é a única a ocupar tais cargos nos 101 anos do tribunal e chamou atenção para a realidade do estado de São Paulo: dos 645 municípios, somente 67 têm prefeitas, além de que na assembleia legislativa do estado, dos 94 deputados, somente 25 são mulheres.

É notória, portanto, a sub-representatividade feminina, especialmente em espaços de poder, debate este que deve ainda ser racializado. Mesmo em eventos que se propõem a ampliar a participação feminina nos debates, o número de mulheres negras em discussão é ínfimo.

A não rara baixa presença negra nesses espaços reforça a necessidade da construção de políticas públicas com foco em igualdade racial também nesse âmbito. Um exemplo é a proposta pela deputada Benedita da Silva (PT-RJ) de inclusão do campo racial na declaração do Imposto de Renda, o que possibilitaria a mensuração das desigualdades raciais na carga tributária, além da realização de cruzamento de dados.

Receba no seu email o que de mais importante acontece na economia; aberta para não assinantes.

Carregando...

A participação masculina nesses debates também merece atenção, não apenas porque as decisões sobre tributação e políticas públicas ainda são tomadas majoritariamente por eles como também porque é fundamental que as perspectivas femininas sejam ouvidas e contempladas, especialmente quando os efeitos dessas decisões recaem de forma desigual sobre elas.

A discussão sobre a tributação das armas na **reforma tributária** ilustra como as decisões fiscais podem ter impactos consideráveis para as mulheres. Atualmente essa tributação é elevada em decorrência do IPI, tributo que, com a reforma, deixará de incidir nesses itens. O que poderia substituir o IPI seria o Imposto Seletivo, mas as armas não entraram no rol de produtos sobre os quais esse tributo incidirá.

Assim, elas deixarão de ter a alíquota média atual, que gira em torno de 89%, para ter a alíquota padrão, que será instituída pela **reforma tributária**. Supondo uma alíquota de 26,5%, que é a que tem sido estimada, haverá redução em mais de 60% na tributação de armas, uma questão preocupante diante da relação direta entre armas e feminicídio e o cenário atual do país .

Notícias Relacionadas:

PORTAL UOL

Benefícios para mulheres entram no debate da **reforma tributária**

Site: <https://www1.folha.uol.com.br/blogs/que-imposto-e-esse/2026/03/beneficios-para-mulheres-entram-no-debate-da-reforma-tributaria.shtml>

Impulso com gastos de governos regionais pode chegar a 1,8 ponto do PIB

Marta Watanabe De São Paulo

O impulso dos gastos dos governos regionais pode contribuir para elevar o **PIB** de 2026 entre 0,4 e 1,8 ponto percentual (p.p.) e ser um elemento "surpresa" para as projeções atuais de crescimento. O impacto depende da parcela de recursos em caixa que Estados e municípios usarão neste ano de eleições. No cenário considerado mais factível, os governos regionais queimariam o equivalente a 0,6% do **PIB** em caixa ao longo de 2026, com efeito de 0,8 p.p. no **PIB**.

A estimativa é dos economistas Bráulio Borges e Manoel Pires, pesquisadores do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre). "O impacto do impulso no **PIB** dos gastos dos governos regionais pode ser bastante expressivo. E daí pode vir nova surpresa de crescimento do **PIB** brasileiro em pleno ano de eleição", afirma Borges.

Considerando as projeções do Prisma Fiscal, que tem consenso de alta de **PIB** de 1,8% em 2026, é possível calcular que já está embutido expectativa de impulso de gasto da União de cerca de R\$ 92 bilhões, algo próximo a 0,8 p.p., observa Borges. "Mas não sabemos como o consenso incorpora o impulso do gasto dos governos regionais." Ele lembra que o fenômeno não é amplamente monitorado e muitas vezes deixado de fora nos cenários.

Considerando os últimos anos, lembra Borges, 2025 foi o primeiro em que, ao fechar com alta de 2,3%, o **PIB** brasileiro cresceu em linha com o que se projetava ao fim do ano anterior. "Não tivemos surpresa como em 2021, 2022, 2023 e 2024. E foram surpresas grandes, de 1,5 a 2 p.p. de crescimento acima do que se estimava."

Nos últimos três anos com eleições gerais - para presidente e governadores -, o impulso fiscal de gastos dos governos regionais foi mais relevante em 2022, nota. Naquele ano, esse impulso atingiu R\$ 340 bilhões, ante R\$ 65 bilhões de 2018 e R\$ 115 bilhões de 2014. Os valores são dessazonalizados e atualizados pelo deflator do **PIB** até o terceiro trimestre de 2025. Para 2026, Borges considera mais factível que o impulso fique perto de R\$ 100 bilhões - ou 0,8 p.p. do **PIB** -, com gasto no ano perto de 0,6% do **PIB** dos recursos em caixa por Estados e municípios.

Num cenário mais conservador, o impulso seria de cerca de R\$ 54 bilhões - ou 0,4 p.p. do **PIB** -, com os regionais gastando o equivalente a 0,3% do **PIB**. O terceiro cenário, no qual os governadores gastam em 2026 "como se não houvesse amanhã", com o equivalente a 1,2% do **PIB**, o impulso atingiria R\$ 220 bilhões, ou 1,8 p.p. do **PIB**. Todos os cenários incluem aumento de repasse de R\$ 7 bilhões via Fundeb este ano. O multiplicador usado é positivo em 1,15, considerando média observada em 2022, com base em estudo de Pires e de Carolina Tavares Resende. Os dois primeiros cenários traçados por Borges consideram que o Propag, o programa de refinanciamento de dívidas da União, terá efeitos a partir de 2027. O cenário 3, de gastos mais extremos, considera Propag com efeitos plenos já neste ano.

"O cenário com impulso de R\$ 100 bilhões é o mais razoável para 2026, porque as condições cíclicas começaram a ficar mais desfavoráveis. A sensação de bonança fiscal deve ser um pouco menor este ano do que foi em 2025, o que deve levar a algum comedimento", diz Pires. Ele ressalta que, se mostrar-se realmente o mais provável, o cenário é de ciclo político significativo. "É comparável ao de 2014, quando o ciclo também foi bastante forte, em perspectiva histórica. O cenário com impulso de R\$ 100 bilhões pode parecer pequeno ante 2022, mas esse ano foi um outlier e essa não é uma boa comparação."

O impulso dado pelos governos regionais à atividade econômica está ligado ao que Pires denominou como "descentralização silenciosa", fenômeno pelo qual Estados e municípios ampliaram gastos no período pós-pandemia em boa parte financiados por uma volume cada vez maior de recursos transferidos pela União.

Os gastos primários dos governos regionais em 2025 foram 25,9% superiores aos de 2019 em termos reais, já descontada a **inflação**, calcula Borges. O ritmo foi muito maior que o da União, cuja despesa cresceu 8,5% em igual período. O dado dos governos regionais considerou as divulgações trimestrais e foi estimado com base no acumulado em 12 meses até o terceiro trimestre de 2025. A despesa da União é pelo conceito de governo central orçamentário. Ou seja, são considerados como gastos dos regionais várias despesas da União que na verdade são relativas a

receitas transferidas e executadas por Estados de municípios. Entre elas, Fundeb, na área da educação, além de Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF), Lei Kandir e emendas Pix.

Em 2025, calcula Borges, a despesa primária total dos governos regionais ficou em torno de R\$ 500 bilhões acima da de 2019. Isso foi financiado, em parte, pelas transferências da União, que cresceram cerca de R\$ 200 bilhões no período. Uma das transferências que mais aumentaram em termos relativos, destaca Borges, foram os repasses de Fundeb, que de 2019 a 2025 avançaram de R\$ 23 bilhões para R\$ 59 bilhões. Em igual período as transferências via FPE e FPM, fundos constitucionais de

Estados e municípios, respectivamente, subiram de R\$ 321 bilhões para R\$ 452 bilhões.

O aumento da arrecadação própria também financiou a alta de gastos dos regionais, destaca Borges. A receita com **impostos** e contribuições de Estados e municípios cresceu R\$ 180 bilhões de 2019 a 2025. A alta nos Estados foi de 10,5%, e a das prefeituras, de 25%, sempre em variações reais. A elevação de alíquotas de ICMS, que saiu de uma média de 17,5% em 2019 para 19,6% em 2025 contribuiu, observa. O aumento da alíquota padrão do imposto, lembra, foi reação de grande parte dos Estados à LC 194/2022. Essa lei limitou a alíquota de ICMS em setores importantes. Alguns Estados, diz, elevaram carga do imposto via corte de benefícios tributários.

Os demais gastos foram financiados por redução de superávit primário e receitas com alienações de ativos ou concessões, principalmente no saneamento, estima Borges. Alguns Estados obtiveram liminares para não pagar o serviço da dívida, diz, o que também aliviou a situação dos Estados.

Com o crescimento de gastos, o impulso fiscal dos governos regionais foi de R\$ 702 bilhões no acumulado de 2022 a 2025 ante 2021. O valor foi maior que os R\$ 414 bilhões da União, em igual período.

O **PIB** total no período cresceu R\$ 1,475 trilhão, em valores reais, sempre. No acumulado de 2011 a 2014 ante 2010, o impulso dos regionais e da União foi mais parecido, de R\$ 312 bilhões e de R\$ 293 bilhões, nessa ordem. O **PIB** do período avançou R\$ 1,03 trilhão.

Num exercício contrafactual que considera que o impulso fiscal acumulado dos governos regionais entre 2022 e 2025 tivesse sido semelhante à da média entre 2011 e 2021, o **PIB** brasileiro teria ficado 2,2% menor que o do observado ao fim do terceiro trimestre de

2025. No período entre 2022 a 2025, portanto, diz, teríamos mais ou menos 0,5 p.p. a menos de crescimento do **PIB** por ano. A estimativa considera tudo o mais constante, observa Borges. Ele lembra que um crescimento menor poderia ter resultado em taxa de juros menor.

Um cálculo de como teria se comportado o hiato do produto sob os mesmos critérios, diz Borges, permite estimar que a Selic média observada entre 2022 e

2025, de 13% ao ano, poderia ter sido de 11,7% ao ano. Ou seja, 1,3 p.p. menor, em média. "É bastante em termos de juros sobre a dívida pública." A Selic menor, calcula, teria resultado em economia de juros nominais de total de R\$ 159 bilhões de 2022 a 2025.

Para Pires, as estimativas contrafactuais mostram que o equilíbrio das contas públicas não deve olhar só para a política fiscal do governo federal, mas também para o efeito que a política fiscal tem no restante do país. "Se os governos subnacionais tivessem crescido na mesma medida em que cresceu a União, teríamos um **PIB** efetivo cerca de 2% menor e certamente taxa de juros menor. Ainda assim seria um **PIB** que contribuiria bastante para a dinâmica da dívida, porque é um **PIB** mais favorável do que o do pré-pandemia. E teríamos um quadro completamente diferente de pressão sobre demanda agregada e **inflação**, de incertezas relacionadas às contas públicas e de impacto no câmbio. Consequentemente,

a decisão de política monetária poderia ser mais favorável. Teríamos arcabouço mais compatível com a preocupação da sustentabilidade fiscal."

Para Borges, o impulso fiscal dos regionais em 2026 deve vir principalmente de investimentos e das chamadas outras despesas, que incluem itens de custeio. A evolução do gasto primário total e dos investimentos dos governos estaduais nos quatro últimos ciclos eleitorais - 2009-2011, 2013-2015, 2017-19 e 2021-23 - , diz Borges, mostra tendência de alta das despesas entre um ano e meio e um ano antes das eleições. A tendência de alta das despesas segue até o trimestre das eleições. "Podemos observar um padrão de ciclo político eleitoral no gasto dos regionais. O que não se vê é o gasto voltando integralmente após as eleições. A despesa muda de patamar."

Borges lembra que a atual disponibilidade de caixa favorece os gastos dos governos. Dados do Banco Central mostram que o caixa disponível de Estados e municípios, próximo de 0,6% do **PIB** ao fim de 2019, encerrou 2025 perto de 2% do **PIB**. Além disso, diz Borges, há outros fatores que podem favorecer aumento de gastos estaduais, como o Propag, que

alivia o serviço da dívida com a União no agregado dos Estados. Para Borges, porém, é mais provável que o programa tenha efeitos a partir de 2027.

Outro fator que pode influenciar os gastos dos governos é a EC 136/2025, que mudou a regra para pagar precatórios e deu alívio aos governos regionais, permitindo que eles aumentem espaço para gastos com investimentos, que têm maior efeito multiplicador sobre a economia.

A escalada recente de preços do petróleo, lembra Pires, pode elevar receitas de royalties e participações especiais, que tendem a virar gasto imediato, embora beneficiem mais os Estados com produção mais relevante, como Rio de Janeiro, Espírito Santo e Bahia, exemplifica.

Para Borges, o cenário de gasto dos Estados mostra que é preciso modernizar a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), discutir o conceito de receita corrente líquida, que é referência para os limites de gastos atuais dos Estados. Os royalties de petróleo, por exemplo, observa, são incluídos nessa receita e isso permite elevar gastos num momento de alta extraordinária de arrecadação.

Mais cético, Luiz Guilherme Schymura, diretor do FGV Ibre, diz que uma discussão de lei de responsabilidade fiscal só vai acontecer numa situação em que a **inflação** cresça muito ou haja percepção do mercado de fuga de capitais, num cenário mais preocupante. "Aí o Congresso se mexe, e o Executivo também. Acho muito difícil que aconteça isso num outro contexto."

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Gasto público ajuda PIB de 2,3% em 2025

» ROSANA HESSEL

O resultado do Produto Interno Bruto (**PIB**) brasileiro, divulgado, ontem, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), confirmou o impacto dos juros elevados na atividade econômica, como era esperado pelo mercado. No último trimestre de 2025, o **PIB** registrou variação positiva de 0,1% na comparação com o terceiro trimestre, quando a variação foi zerada após a revisão da taxa anterior, também de 0,1%, pelo IBGE.

Com esse resultado, o **PIB** apresentou, no ano, crescimento de 2,3%, desacelerando em relação a 2024, quando o indicador de riqueza do país cresceu 3,4%. Foi a menor taxa de expansão da atividade desde o tombo de 3,3% em 2020, durante a pandemia da covid-19. Na comparação com o mesmo período de 2024, o avanço foi de 1,8%.

Em valores correntes, o **PIB** somou R\$ 12,7 trilhões, e a renda per capita - que resulta da divisão do **PIB** pela população - cresceu 1,9% em relação ao ano passado, para R\$ 55,9 mil.

O resultado do **PIB** divulgado pelo IBGE ficou em linha com as apostas do mercado e do Ministério da Fazenda, que, no mês passado, revisou de 2,2% para 2,3% a previsão de crescimento do **PIB** de 2025. Os dados do instituto mostram que os principais impulsos do **PIB** no último trimestre do ano foram a agricultura, que cresceu 0,5% na comparação com o trimestre anterior, e 11,7% na comparação anual. Já os serviços, que mais pesam na composição do **PIB** (quase 70%), apresentaram avanço de 1,8% no ano, enquanto a indústria teve alta de 1,4% no ano, mas recuou 0,7% no último trimestre.

Consumo

Todavia, um dos dados que mais chamou a atenção dos analistas foi o aumento do consumo do governo, que cresceu 3,6% no último trimestre de 2025 na comparação com o mesmo período de 2024, e 2,1% no acumulado do ano. Enquanto isso, o consumo das famílias avançou 1,3% no ano, taxa inferior aos gastos do governo, refletindo os impactos do aperto monetário

capitaneado pelo Banco Central.

"Os serviços, que são um importante componente do **PIB**, apresentaram forte crescimento, especialmente

serviços de informação e comunicação (com alta de 6,5% no ano) e serviços financeiros (alta de 2,9%), que cresceram acima da média anual do **PIB**. Mas o consumo do governo veio mais forte do que o esperado e

isso vem ocorrendo nos três anos do atual governo, e revela que, tirando o agronegócio e as exportações, é o Estado que vem ganhando mais protagonismo no **PIB**" avaliou a economista Silvia Matos, coordenadora do Boletim Macro do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre).

Matos contou que esperava queda de 0,1% no **PIB** do quarto trimestre na margem (em relação ao trimestre anterior), e reconheceu que esse gasto maior do governo foi um dos fatores que surpreenderam, e ele coincide com o enfraquecimento do consumo das famílias em meio ao aumento da inadimplência diante da política monetária mais restritiva do Banco Central, que manteve a taxa básica de juros (Selic) em 15% ao ano desde junho do ano passado, contribuindo para a desaceleração da atividade.

Conforme os dados do IBGE, o consumo do governo somou R\$ 710,8 bilhões no trimestre encerrado em dezembro, mas, no acumulado do ano, esse componente do **PIB** somou R\$ 2,4 trilhões, acima dos R\$ 2,1 trilhões contabilizados com a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), que mede os investimentos no país e recuou 3,1% na comparação trimestral.

O economista e ex-ministro da Fazenda Máílson da Nóbrega, sócio da Tendências Consultoria, também demonstrou preocupação com o aumento dos gastos do governo. "Isso reflete o aumento do gasto público após o fim do teto de gastos com a substituição de uma regra que já morreu e que não consegue estabilizar a dívida pública em relação ao **PIB**" criticou Mail-son, lembrando que o país segue crescendo abaixo da média global, o que limita a saída da armadilha da renda média baixa.

O crescimento do **PIB** brasileiro ficou abaixo da média dos países emergentes e dos membros do Brics, grupo composto por Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul e mais seis novos integrantes, de acordo com Alex Agostini, econo-mista-chefe da Austin Rating.

Segundo Agostini, o processo de desaceleração do **PIB** brasileiro fez o país perder uma posição no ranking global, para a 11a colocação, com um **PIB** em dólares de 2,268 bilhões. "Essa perda de posição não

é demérito do Brasil, porque a Rússia teve uma valorização muito forte do rublo depois de ter tido uma desvalorização gigantesca em 2023, no início da guerra com a Ucrânia" explicou.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2026/03/04/all.pdf>

Petróleo cai mais de 11% em meio a incertezas

PAULO RENATO NEPOMUCENO E ROBERTO MALFACINI JR. *economia@oglobo.com.br*

Os preços internacionais do petróleo despencaram ontem enquanto produtores, compradores, transportadores e investidores analisavam informações sobre a viabilidade ou não da passagem de navios pelo Estreito de Ormuz, o "gargalo energético" mais importante do planeta, por onde passam 20% de todo o óleo consumido no mundo, interditado pela guerra no Oriente Médio. A cotação do barril do tipo Brent, padrão global, caiu 11,27%, para US\$ 87,80. O petróleo tipo WTI, referência nos EUA, cedeu 11,94%, para US\$ 83,45.

As condições de navegação no estreito levaram a informações contraditórias e divergentes ontem por parte do governo americano (leia mais na página

18), amplificando a volatilidade nos mercados e o sobe e desce das cotações em meio a cortes de produção no Oriente Médio e ao alerta do CEO da estatal saudita Aramco, que previu um cenário "catastrófico" se a situação não se normalizar logo (leia abaixo).

Ontem, os ministros das Finanças dos países do G7 - grupo que reúne as nações mais ricas do mundo - disseram estar prontos para tomar todas as medidas necessárias para apoiar o fornecimento global de energia, incluindo a liberação de reservas estratégicas de petróleo.

A Agência Internacional de Energia (AIE) discute uma possível liberação de reservas emergenciais para lidar com a interrupção no fornecimento causada pela guerra. Juntos, os países que integram o organismo detêm cerca de 1,2 bilhão de barris de petróleo em reservas.

PATAMAR PRÉ-GUERRA

Por aqui, o Ibovespa subiu 1,4%, aos 183.447 pontos. O dólar cedeu 0,15%, cotado a R\$ 5,15, retornando ao patamar anterior ao do início do conflito, e os juros futuros voltaram a cair, com a volta das apostas majoritárias em um corte de 0,5 ponto percentual na taxa básica de juros (Selic) na reunião do Copom na semana que vem, de 15% ao ano para 14,5%.

-O movimento é fruto da descompressão do petróleo lá

fora. E, com a descompressão do prêmio de risco global, os ativos começam a se posicionar melhor, e isso auxilia - avalia Felipe Sichel, economista-chefe da Porto Asset.

A taxa do depósito interfinanceiro (DI) para janeiro de 2028 caiu de 13,06 para 13,03%; para janeiro de 2029, a queda foi de 13,13% para 13,08%.

- O movimento sugere que o risco imediato de uma escalada da **inflação** fica menor. Consequentemente, o Banco Central pode ficar numa posição mais confortável, o que leva à melhor performance dos juros futuros -disse Sichel.

Na Bolsa paulista, a B3, as ações de empresas voltadas ao consumo cíclico, que costumam aumentar seus rendimentos em ambiente de juro menor, lideraram a ponta de valorizações: Magazine Luiza subiu 6,51%, a R\$ 10,14, e C A valorizou 5,9%, a R\$ 12,02. Acompanhando o recuo do petróleo, a Petrobras cedeu 0,53% nos papéis preferenciais (PN, sem voto), a R\$ 42,93, enquanto a Prio perdeu 1,34%, aos R\$ 58,90.

ESTABILIDADE EM NY

Apesar da valorização do Ibovespa, o momento é de cautela, avalia Andressa Bermago, sócia da AVG Capital:

-Qualquer nova informação sobre o Estreito de Ormuz ou a evolução das negociações entre os países envolvidos pode continuar provocando oscilações intensas nos próximos pregões.

Em Wall Street, o índice S P caiu 0,21%, e o Dow Jones e o Nasdaq fecharam praticamente estáveis.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Planalto teme pressão sobre inflação em ano eleitoral

BRUNA LESSA E IVAN MARTÍNEZ-VARGAS
economia@oglobo.com.br **BRASÍLIA**

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou ontem que o governo está monitorando os impactos econômicos da guerra no Oriente Médio, especialmente sobre o preço do petróleo. Segundo ele, a equipe econômica trabalha na elaboração de diferentes cenários para orientar decisões do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A instabilidade tem preocupado o Planalto, que monitora a alta do barril e teme fortes subidas que pressionariam a inflação no Brasil em ano eleitoral.

De acordo com Haddad, a orientação do presidente Lula é que a equipe econômica trabalhe com análises de diferentes situações antes de adotar qualquer medida. O objetivo, afirmou o ministro, é analisar desde cenários de menor impacto até quadros mais graves:

-O preço do petróleo está oscilando dia a dia. Você não pode, com base nisso, já ir tomando decisões estruturais que vão comprometer. Nós não podemos correr o risco de tomar decisões açodadas. Temos que observar, verificar o andar das coisas, elaborar cenários, como nós fizemos no caso do tarifaço, o cenário A, o cenário B, o cenário C, desenhar o pior cenário também.

Haddad afirmou que a volatilidade recente na cotação internacional do petróleo mostra que o quadro internacional ainda está em formação. Para ele, tomar decisões com base em movimentos de curto prazo pode gerar riscos desnecessários para a economia.

PRESSÃO SOBRE PETROBRAS

A presidente da Petrobras, Magda Chambriard, afirmou na última sexta-feira que a empresa vai evitar "repassar volatilidades para o mercado interno", mas há entre aliados do governo o receio de que, ante uma eventual subida consistente nos preços do petróleo, a estatal precise reajustar os preços, o que pressionaria a inflação no país.

Como O GLOBO noticiou, entidades do setor de combustíveis apontam que já há defasagem nos preços praticados pela Petrobras em relação ao mercado internacional, de 85% no diesel e de 49% na

gasolina.

Perguntado se a forte alta no preço do petróleo pode prejudicar o início de um ciclo de cortes de juros pelo Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) na reunião da próxima semana, Haddad comparou o momento atual a episódios recentes de tensão internacional que provocaram reações imediatas do mercado, mas acabaram revertidos. Segundo ele, a alta do petróleo pode ter efeitos indiretos sobre inflação e expectativas de mercado, mas a condução da política monetária é do BC.

- O Banco Central é autônomo, tanto do governo quanto do mercado. Ele vai avaliar os dados e decidir a dose adequada (de juros) - disse Haddad, que confirmou sua saída do Ministério da Fazenda na próxima semana.

Ontem, o Ministério de Minas e Energia (MME) afirmou que reforçou o monitoramento dos fluxos logísticos de petróleo, gás natural e combustíveis e a movimentação de preços no mercado global.

O objetivo é "identificar rapidamente eventuais riscos ao abastecimento e coordenar as medidas necessárias para preservar a segurança energética e a normalidade do fornecimento de combustíveis no país", disse o MME em nota.

Segundo o ministério, foram intensificadas conversas com a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e com empresas que atuam na produção, importação e distribuição de combustíveis, para ajudar a mapear eventuais riscos e antecipar possíveis impactos sobre o abastecimento.

Para centralizar o acompanhamento, o governo criou uma estrutura interna dedicada ao tema, responsável por monitorar diariamente o mercado nacional e internacional de combustíveis. A iniciativa busca reunir informações de diferentes áreas e permitir uma reação mais rápida caso surjam sinais de pressão adicional sobre o abastecimento.

POUCA EXPOSIÇÃO DIRETA

Na avaliação do Ministério de Minas e Energia, a exposição direta do Brasil ao conflito no Oriente Médio é reduzida. O país exporta petróleo bruto e, embora

ainda dependa da importação de parte dos derivados consumidos internamente - especialmente diesel -, os países do Golfo Pérsico têm participação relativamente pequena nas compras brasileiras desses produtos.

Mesmo assim, a pasta avalia que o cenário internacional exige atenção e monitoramentos permanentes.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

BC deve iniciar ciclo de cortes em cenário turbulento (Editorial)

Depois que a **inflação** começou a caminhar de fato para a meta de 3%, sob pressão da maior taxa de juros desde 2006, o Banco Central (BC) terá de voltar a se preocupar com nova desancoragem - a guerra no Oriente Médio, sem fim à vista, empurrará em certa medida e por algum tempo os preços para cima. As cotações do petróleo, que chegaram a ultrapassar US\$ 110, ontem recuaram a US\$ 90,9, dançando ao sabor da retórica de sinais mistos e incongruentes do presidente Donald Trump. Nada mudou: a situação hoje é pior que a de ontem, com o Estreito de Ormuz fechado para a quase totalidade dos 20% do fornecimento mundial que trafega por suas águas. O BC indicou que reduzirá a taxa Selic, mas o conflito deu um sinal de que o plano de cortes graduais e continuados está em xeque.

O petróleo influi nos custos de uma vasta gama de produtos necessários, de plásticos a fertilizantes. Se as cotações permanecerem altas, os efeitos para o mundo serão inflacionários e contra o crescimento. O Brasil não foge desses constrangimentos, mas tem algumas características distintas. Ao contrário dos países desenvolvidos, a transmissão dos aumentos do óleo para os preços não é automática. O mercado não é livre, mas quase monopolista, com a estatal Petrobras decidindo quando e quanto das cotações mundiais irá repassar aos consumidores. A empresa tem sido mais rápida em diminuir do que em aumentar preços e deverá manter essa conduta agora. A volatilidade global é absorvida pela caixa da empresa, até certo ponto.

O Brasil é um grande exportador líquido de petróleo. Suas vendas externas aumentaram 6,8% no primeiro bimestre do ano, para US\$ 7,7 bilhões, suplantando a soja com vantagem como primeiro item da pauta comercial, com 15,1% do total. O país também importa muitos derivados do petróleo, como diesel e gasolina (US\$ 2,46 bilhões no período), mas a balança do petróleo é amplamente superavitária. Isso não impedirá a Petrobras de ter de elevar os preços dos combustíveis, já que, com a disparada das cotações, a defasagem de preços do diesel chega perto dos 50%, segundo analistas.

Além da enorme vantagem de não depender tanto do abastecimento de fora, os superávits com o óleo amortecem os movimentos pela valorização do dólar, que se fortaleceram globalmente com o início da

guerra. A moeda americana quase zerou perdas de 10% ante uma cesta de divisas dos principais países com os quais os EUA comerciam. A maxidesvalorização do dólar diante do real provocou uma **inflação** difícil de domar a partir do fim de 2024, mas o real tem se valorizado mesmo diante de uma crise externa séria, algo pouco comum. De janeiro até ontem, o dólar caiu 8%, e seu pico com a explosão das cotações do petróleo até agora mal ultrapassou R\$ 5,35, para recuar logo em seguida. Ontem, o dólar foi cotado a R\$ 5,15.

O petróleo ampliará o superávit da balança comercial, mas ela recentemente não tem sido o maior fator acumulador de divisas fortes, papel representado pelo câmbio financeiro. Geralmente deficitário, nos dois primeiros meses do ano ele foi positivo em US\$ 10,5 bilhões, com guinada de US\$ 18 bilhões ante o resultado de 2025 (-US\$ 7,54 bilhões), para aplicações em ações ou renda fixa. Ou seja, a menos que haja uma piora significativa no abastecimento mundial do petróleo ou um prolongamento significativo do conflito, o dólar não deverá ser um canal de contágio decisivo para as turbulências externas.

No entanto, haverá sequelas inflacionárias vindas de várias frentes. Os preços dos alimentos devem subir, atingidos pelo aumento dos custos de transporte e pela elevação dos preços dos fertilizantes (30% de sua oferta passa por Ormuz). Não há problemas de abastecimento interno, mas a **inflação** importada pode chegar durante a campanha eleitoral, e isso não é uma boa notícia para um presidente que tenta a reeleição. Usinas termelétricas, usadas intensamente para o fornecimento de energia, podem sofrer o impacto de alta dos combustíveis, com eventual aumento das tarifas, diante do fim iminente da estação chuvosa no país.

Mesmo em um cenário que hoje parece otimista, com o barril do petróleo em US\$ 80, economistas de bancos preveem que o IPCA voltará ao teto da meta ou o ultrapassará. É o caso do cenário do BTG, pelo qual o IPCA terá alta de 0,6 ponto percentual diante da projeção anterior (4,1%) e chegará a 4,7%. Com o mesmo preço do barril, a XP estima um IPCA de 4,5%. A boa notícia é que ambos esperam uma queda expressiva do déficit primário pelo aumento da arrecadação com royalties, participações especiais e outras compensações advindas do maior preço do

petróleo.

A disparada do petróleo colocou na defensiva todos os bancos centrais, e se o caos persistir no Oriente Médio, eles terão de interromper os cortes de juros ou voltar a elevar as taxas. No Brasil, as reduções de juros sequer começaram e terão de ser administradas com cautela. Houve chances de fazê-las antes, em cenários favoráveis, mas os gastos do governo, na contramão da política monetária, obrigaram o BC a uma postura firme. Mais uma vez, o cenário externo traz empecilhos para o corte dos juros, quando as condições eram favoráveis bem antes do início da guerra com o Irã.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Grandes economias se preparam para pagar preço da guerra no Irã

Sam Fleming, Amy Borrett e Myles McCormick Financial Times (Tradução de Sabino Ahumada) (Com agências internacionais)

O ataque de Donald Trump ao Irã causará um impacto maior nas economias europeias e asiáticas do que na dos próprios Estados Unidos, que será protegida do golpe, em parte, pelo tamanho de sua indústria local de fontes de energia, segundo analistas.

Em termos líquidos, os EUA são exportadores de gás natural desde 2017 e de petróleo desde 2020, segundo dados oficiais, de forma que seu próprio setor de energia se beneficia da alta das cotações, apesar de que o aumento na gasolina será um grande golpe para o consumidor médio americano.

Em contraste, as economias europeias e asiáticas que dependem de importações de fontes de energia, deparam-se com a perspectiva de um aumento muito maior na **inflação**, em parte porque os preços do gás natural nesses países, que já deram um salto, são mais voláteis do que nos EUA - e porque o combustível é uma fonte crucial em seus mercados locais de energia.

"Os EUA estão protegidos, mas não imunes aos danos", disse James Knightley, do ING Bank. Isso porque os EUA não sofrerão interrupções na oferta de commodities, o que se verá em outros lugares, argumentou.

David Aikman, chefe do National Institute of Economic and Social Research (Niesr) concorda. "Todos vão estar em pior situação, porque o fundamento [econômico] disso é que você terá tornado um fator-chave de produção mais caro", disse. "Mas isso terá impactos desiguais nos países".

O petróleo Brent deu um salto para quase US\$ 120 na segunda-feira, mas recuou para menos de US\$ 90 após Trump sugerir que a guerra acabaria em breve. Ainda assim, o salto em relação aos preços de antes da guerra é superior a 30%, enquanto os preços do gás europeu encerraram a semana passada em alta de 70%.

A volatilidade continua sendo impulsionada pelo medo quanto a uma interrupção prolongada nos embarques que passam pelo Estreito de Ormuz, uma artéria

fundamental para o tráfego de fontes de energia, e pela redução da produção em outros países do Oriente Médio.

Caso os preços se mantenham em patamares mais altos, isso vai empurrar a **inflação** para cima, restringir o poder de compra dos consumidores e prejudicar o crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) das economias pelo mundo. Os bancos centrais podem se ver forçados a manter as taxas básicas de juros por mais tempo ou até elevá-las, ao mesmo tempo em que os governos se depararão com mais pressões no campo fiscal se decidirem intervir nos mercados de energia para amortecer o impacto nos eleitores.

Mudanças nos preços da energia atuam como um "mecanismo poderoso de redistribuição de renda entre os países", disse Qian Wang, economista-chefe para a região da Ásia-Pacífico na gestora de investimentos Vanguard. Os exportadores de petróleo pouparão uma maior parte do que arrecadarem a mais, mas os consumidores tendem a cortar os gastos de imediato e os mercados financeiros, a sofrer um tombo, de forma que a demanda mundial será prejudicada.

A gravidade do impacto dependerá não apenas das altitudes que os preços venham a atingir, mas também de quanto tempo permanecerão nesses patamares e do que os governos tentarão fazer para aliviar o peso sobre os consumidores.

O aumento nos preços do gás superou o do petróleo. Isso terá custos para economias europeias como a Itália, Alemanha e Reino Unido, que dependem muito das importações de gás.

Uma análise sobre 15 países feita pela Oxford Economics indica que o salto nos preços da energia

deixará sua maior marca na Itália, onde a **inflação** no quarto trimestre de 2026 poderia ser mais de 1 ponto percentual maior do que indicavam as projeções prévias da firma de consultoria.

A região do euro como um todo e o Reino Unido terão um aumento de mais de 0,5 ponto em relação à **inflação** que vinha sendo projetada até agora. Em contraste, a **inflação** dos EUA no quarto trimestre será impulsionada em apenas 0,2 ponto, enquanto o Canadá será o menos afetado, de acordo com a

análise.

China, Índia e Coreia do Sul são grandes importadoras do petróleo e gás do Golfo Pérsico, o que também os deixa vulneráveis. A China, por exemplo, importa entre 70% e 75% do seu consumo de petróleo. Uma grande parte de suas importações provenientes do Oriente Médio passa pelo Estreito de Ormuz.

A China, entretanto, pode recorrer a seus grandes estoques de petróleo e pressionar as refinarias a suspenderem as exportações para proteger os suprimentos do país. Também tem a opção de recorrer às importações russas.

Wang argumentou que o governo chinês também pode ter condições de intervir para limitar a transmissão do preço do petróleo para o da gasolina no varejo e que uma **inflação** um pouco mais alta pode até ser bem-vinda, tendo em vista a persistente "pressão deflacionária" no país.

A alta do dólar que se seguiu ao início dos ataques dos EUA também pode aliviar parte da pressão de valorização sobre o yuan.

Grandes exportadores de fontes de energia, como Noruega e Canadá, terão efeitos "mais inequivocamente positivos", uma vez que se beneficiam dos preços mais altos e também conseguem evitar as ameaças à produção e à receita enfrentadas pelos fornecedores do Oriente Médio, como o Catar, segundo analistas da

Capital Economics.

A revolução do petróleo de xisto transformou os EUA em uma superpotência energética nos últimos 20 anos e no maior produtor de petróleo e gás do mundo.

Dessa forma, os produtores americanos vão colher os benefícios dos preços mais altos, em especial se o conflito se prolongar e os preços permanecerem altos.

O mercado acionário dos EUA tem sofrido menos pressão que o de alguns países na Europa e na Ásia desde o início do conflito, sinal de que alguns investidores apostam em um impacto menor no **PIB** da América do Norte do que em outras grandes economias.

A alta produção dos EUA oferece uma proteção parcial para os consumidores, em especial no caso do gás natural, cujo mercado global é mais fragmentado. Enquanto os preços do gás natural europeu e asiático decolaram na semana passada, os preços nos EUA subiram apenas um pouco.

Além disso, a falta de capacidade ociosa de liquefação e exportação de gás natural liquefeito (GNL) limitará a capacidade dos produtores dos EUA de exportar gás a outros mercados, o que ajudará a conter os preços americanos do gás, disse David Oxley, da Capital Economics, descrevendo os EUA como uma "ilha do gás".

Já no caso do petróleo, cujo mercado é mais global, os consumidores americanos provavelmente sentirão o aperto. Na semana passada, o West Texas Intermediate (WTI), referência do petróleo dos EUA, registrou seu maior aumento semanal na história dos registros, que remontam a 1983.

Isso provocou um salto nos preços da gasolina nos EUA, que atingiram US\$ 3,54 por galão (3,785 litros) ontem, o maior nível desde 2024, de acordo com o Automóvel Clube Americano, acima dos US\$ 2,98 de uma semana antes.

Na segunda-feira, os preços do petróleo deram um salto, chegando a atingir máximas intradiárias de US\$ 119,50 para o tipo Brent, referência internacional, e de US\$ 119,48 para o WTI. Ambos, porém, fecharam com altas mais modestas, em US\$ 98,96 (+6,76%) e US\$ 94,77 (+4,26%) após sinalizações de que os países estavam prontos para apoiar a oferta com a libertação de reservas. Depois, com as declarações de Trump de que a guerra estava "praticamente concluída", as cotações de ambos voltaram a recuar ontem, para US\$ 87,80 e US\$ 83,45, respectivamente, ainda bem acima dos patamares anteriores à guerra.

O Goldman Sachs advertiu que, se a crise se arrastar durante todo o mês de março, os preços do petróleo "provavelmente" excederão seus picos de 2008 e 2022, quando o Brent ultrapassou os US\$ 147 por barril e a gasolina passou os US\$ 5 por galão, respectivamente.

O aumento dos preços representa um risco para Trump e ameaça piorar uma crise inflacionária que se tornou seu maior ponto fraco perante os eleitores antes das importantes eleições de meio de mandato em novembro. Muitos estudos mostram que o aumento dos preços da gasolina impacta com mais força os

americanos pobres, pois eles tendem a trabalhar em empregos que exigem mais viagens rodoviárias e gastam uma proporção maior da renda com combustível.

Os livros de economia indicam que as autoridades monetárias podem "ignorar" os aumentos nos preços da energia, com base na ideia de que eles desencadeiam aumentos apenas temporários nos

preços ao consumidor, mas esse ponto de vista perderia força se as expectativas de inflação das famílias já tivessem se aprofundado muito. Ao reduzir os orçamentos das famílias, os aumentos nos custos da energia acabam resultando em uma demanda mais fraca, o que pode ajudar a conter a inflação.

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

No entanto, a recente experiência com os altos índices de inflação depois da pandemia de covid-19 e da invasão em grande escala da Ucrânia pela Rússia fez com que as expectativas de inflação das famílias ficassem mais altas em alguns países. Os trabalhadores pediram acordos salariais mais altos no período pós-pandemia e pós-invasão russa e as empresas reformularam suas estratégias de preços.

Desse modo, segundo Michael Saunders, da Oxford Economics, agora, a "cartilha atualizada" das autoridades monetárias passou a ser que, se houver um choque nos preços da energia, "esteja pronto para conter os riscos das expectativas inflacionárias mais altas e da inflação persistente por meio de uma linguagem mais dura e de uma política monetária mais apertada ou de cortes nos juros menores do que os esperados".

Isso já se refletiu nos mercados monetários. Os investidores agora não apenas preveem a manutenção dos juros básicos pelo Banco da Inglaterra em 19 de março, em 3,75%, como também passaram a indicar apenas uma redução até o fim de 2026, e ainda assim nem esse corte é levado em conta integralmente nos preços. Antes do conflito, os contratos de swaps sinalizavam totalmente dois cortes de 0,25 ponto ainda em 2026.

Enquanto isso, na região do euro, os investidores já começam a levar em conta nos preços a possibilidade de uma elevação dos juros básicos do Banco Central Europeu em resposta à nova ameaça de inflação, embora as autoridades insistam em dizer que é cedo demais para tirar conclusões.

Nos EUA, o presidente do Federal Reserve (Fed), Jerome Powell, já havia indicado que a instituição provavelmente manteria as taxas no curto prazo - uma posição que provavelmente será reforçada diante do potencial de um aumento inflacionário.

As previsões de corte de juros no mercado futuro perderam força. Agora, os operadores apostam em um a dois cortes em 2026, em vez de dois a três, com o primeiro esperado para setembro, em vez de julho.

"No nosso ponto de vista, o Fed [...] tem tempo para 'esperar para ver' no que se refere ao Irã e aproveitará isso ao máximo", disse Krishna Guha, chefe da área de economia da Evercore ISI.